

Pesquisar e explicar a mudança eleitoral na Grã-Bretanha**

INTRODUÇÃO

Um dos mais importantes testes do sucesso dos estudos eleitorais com base em sondagens é a sua capacidade de explicarem as mudanças eleitorais. E a Grã-Bretanha tem proporcionado mais oportunidades para testar essa capacidade tão importante do que muitas democracias ocidentais no período do pós-guerra. Em 1950, o país exibia todas as características do sistema bipartidário clássico. O eleitorado dividia o seu apoio quase equitativamente entre os dois principais partidos, Conservador e Trabalhista, ao passo que os restantes partidos não alcançavam mais de 10% dos votos — e em 1951 não mais de 3%. Nos anos 80, o quadro apresentava um aspecto muito diferente. Um quarto ou mais do eleitorado votava em terceiros partidos, ao passo que os conservadores exibiam uma importante vantagem de 15 pontos relativamente aos trabalhistas. E, enquanto o nível global de apoio aos terceiros partidos se manteve relativamente estável a partir de então, em 1997 os conservadores obtiveram o resultado eleitoral mais fraco desde 1832 e foram os trabalhistas a beneficiarem de uma margem de avanço de dois dígitos relativamente àqueles. Posto isto, será que a investigação académica na Grã-Bretanha nos permitiu compreender adequadamente estes desenvolvimentos bastante dramáticos?

* ESRC Centre for Research into Elections and Social Trends e Department of Government, e Universidade de Strathclyde, Reino Unido.

** Artigo preparado para o Fulbright Commission Brainstorm sobre «Eleições e democracia», Lisboa, 1-2 de Fevereiro de 2002.

O presente artigo é uma versão actualizada de um estudo originalmente publicado em 1994 no *European Journal of Political Research*.

A análise desta questão envolverá a investigação de três temas principais. O primeiro e mais importante é uma avaliação crítica das principais conclusões da literatura especializada. Identificaremos as questões intelectuais predominantes, bem como as conclusões a que chegou. Mas consideraremos também duas questões importantes relacionadas com o modo como as investigações foram conduzidas. Examinaremos o sucesso dos diversos métodos de pesquisa utilizados e consideraremos também o impacto do contexto institucional em que a investigação foi conduzida. Cada um destes temas será analisado em conjunto à medida que formos traçando os principais desenvolvimentos cronológicos neste campo da ciência política¹.

Contudo, há que deixar bem claro desde já um aspecto importante. Embora predominantes, as pesquisas por inquérito nunca foram a única técnica metodológica no campo dos estudos eleitorais britânicos. Como veremos, os primeiros estudos combinavam o inquérito com investigações históricas e institucionais mais tradicionais. A investigação com base em dados agregados desenvolveu-se ao longo do período do pós-guerra e revestiu-se de particular importância no estudo das mudanças na geografia eleitoral e do funcionamento do sistema eleitoral britânico (Steed, 1965; Curtice e Steed, 1982 e 1998; Curtice, 1992a, 1992b e 2001; Johnston, 1985; Johnston *et al.*, 1988 e 2001; McAllister e Rose, 1984; Rossiter *et al.*, 1999). Entretanto, como se verificou noutros países, a utilização de técnicas econométricas no estudo do apoio à política económica do governo entre os períodos eleitorais adquiriu crescente popularidade (v., em especial, Goodhart e Bhansali, 1970, Sanders *et al.*, 1987, e Sanders, 1996)². Estes trabalhos, contudo, ultrapassam os propósitos da presente análise³.

TEMAS INTELECTUAIS

Evidentemente, a abordagem à pesquisa eleitoral com base em inquéritos por amostragem foi iniciada nos Estados Unidos. De facto, os conceitos e

¹ Para estudos similares que também se ocupam destes temas, v. Dunleavy (1990), Miller (1983), Norris (1990) e Scarbrough (1987 e 2000).

² Evidentemente, estas técnicas dependem das sondagens ao nível de popularidade do governo ao longo do tempo, mas também utilizam outras fontes de dados.

³ O presente artigo cobre o período até às eleições de 1997, inclusivamente. As eleições de 2001 são ainda demasiado recentes para poderem ser objecto de uma análise académica rigorosa. Limitamos também a nossa análise aos estudos das eleições parlamentares do Reino Unido, excluindo os estudos das eleições locais e europeias, bem como das eleições de 1999 para as instituições políticas da Escócia e do País de Gales. No que respeita ao comportamento eleitoral local, v. especialmente Miller (1988) e, quanto às eleições na Escócia e no País de Gales, v. Paterson *et al.* (2001). Finalmente, os estudos referidos neste artigo não incluem a Irlanda do Norte, onde apenas em 1992 se procedeu pela primeira vez a um estudo eleitoral.

técnicas originalmente concebidos nos Estados Unidos influenciaram fortemente o programa de investigação eleitoral na Grã-Bretanha ao longo do pós-guerra. Na Grã-Bretanha, os investigadores eleitorais têm mantido um contacto intelectual mais próximo com os seus homónimos americanos do que muitos membros da comunidade da ciência política do país e, conseqüentemente, têm introduzido deliberadamente conceitos americanos na sua investigação. Contudo, apesar desta receptividade à evolução intelectual americana, e não obstante as mudanças eleitorais que se verificaram no país, é possível identificar dois temas distintos que, embora não sejam exclusivamente britânicos, receberam particular destaque por parte dos investigadores eleitorais da Grã-Bretanha.

O primeiro tema é a relação entre a estrutura social, particularmente as classes sociais, e o comportamento eleitoral. De um modo geral, a relação entre a classe social e o voto tem sido considerada mais forte na Grã-Bretanha do que em qualquer outro país (Alford, 1963); por outro lado, considera-se que as clivagens normalmente encontradas noutros países — como a religião, a região ou a etnia — se encontram em grande medida ausentes da Grã-Bretanha. Citando o célebre aforismo de Pulzer, «a classe é a base da política britânica; o resto são enfeites e pormenores» (Pulzer, 1967). Neste contexto, é natural que uma das principais preocupações dos investigadores seja o esclarecimento dos mecanismos que unem os eleitores e os partidos às classes sociais.

O segundo tema relaciona-se com o papel das eleições na democracia liberal. Os estudos eleitorais britânicos têm-se revelado tão preocupados em responder a questões normativas sobre a natureza da democracia como em desenvolver uma teoria comportamental do voto. Num país com uma tradição política elitista, e não populista, o questionamento crítico do papel das eleições surgiu de modo natural aos estudiosos da política. Grande parte deste enfoque tem incidido no papel do eleitor comum, ao qual o advento da democracia de massas, no século XX, atribuiu uma maior responsabilidade — determinar a futura direcção política do país —, responsabilidade essa que anteriormente era um dever e prerrogativa exclusivos de meia dúzia de privilegiados. Até que ponto o eleitor estava bem preparado para desempenhar esse importante papel? Teria ele, ou ela, o conhecimento necessário para tomar uma decisão informada? Acreditava-se que de particular importância eram os «eleitores flutuantes» — aqueles que não estavam ligados a nenhum partido em particular e cuja decisão de mudar ou não o seu voto determinava o resultado global das eleições. Julgava-se essencial que esses eleitores pudessem erguer-se acima da guerra política e fazer uma escolha racional e objectiva quanto ao partido que melhor convinha ao futuro do país.

Contudo, numa democracia o papel das eleições não depende apenas do comportamento dos eleitores. Há outras instituições igualmente importantes. A primeira destas compreende os meios de comunicação, através dos quais

os eleitores afirmam receber a maior parte das informações sobre política. A Grã-Bretanha tem uma imprensa altamente partidária e, por tradição, predominantemente pró-conservadora. Consequentemente, uma vez que a imprensa deveria ser capaz de influenciar o comportamento eleitoral dos cidadãos, talvez se dê o caso de os resultados eleitorais na Grã-Bretanha serem determinados pelas preferências políticas de um número relativamente reduzido de barões da imprensa.

A segunda instituição importante é o partido político. Os partidos políticos estruturam as escolhas disponíveis aos eleitores. Mas a natureza dessa escolha tem variado ao longo do tempo. Nas décadas de 50 e 60, os dois principais partidos na Grã-Bretanha alcançaram uma ampla unanimidade quanto à melhor forma de gerirem a economia britânica. Todavia, a partir dos anos 70, a distância ideológica entre os partidos aumentou (Budge, 1999). Assim, é legítimo perguntar se o grau pelo qual o resultado de uma eleição exprime as preferências ideológicas do eleitorado depende do tipo de escolha proporcionado pelos partidos políticos.

OS PRIMEIROS ESTUDOS

Estes temas de cariz particularmente britânico receberam especial atenção nos primeiros estudos conduzidos por ocasião das eleições legislativas de 1950 e 1951. No entanto, esses estudos recorriam também aos conceitos americanos e, em particular, à abordagem metodológica da escola de Colúmbia, fundada por Lazarsfeld e colegas (Lazarsfeld *et al.*, 1944; Berelson *et al.*, 1954). Os primeiros estudos britânicos foram conduzidos em um ou, no máximo, dois círculos eleitorais parlamentares. Os dois estudos mais importantes — o de Greenwich de 1950 (Benney *et al.*, 1956) e os do Sudeste de Bristol de 1951 e 1955 (Milne e Mackenzie, 1954 e 1958) — registavam as atitudes de um painel de eleitores durante a campanha eleitoral, enquanto alguns estudos menores (Birch e Campbell, 1950; Campbell *et al.*, 1952; Martin, 1952), conduzidos na mesma altura, constituíam simples análises transversais. Além disso, estes estudos não tinham como objecto exclusivo os eleitores, ocupando-se também do contexto social e político em que os eleitores tomavam as suas decisões. Assim, por exemplo, examinavam o modo como era levada a efeito a campanha eleitoral local e reconstituíam a história social e política do círculo eleitoral. De facto, em alguns casos, a descrição dos resultados da sondagem não constituía mais do que uma pequena parte do livro.

A influência da escola de Colúmbia não foi meramente metodológica. Havia uma ligação directa ao nível dos investigadores — uma das jovens investigadoras do estudo de Elmira de 1948, Miss Gray, desempenhou um

papel muito importante na elaboração do estudo de Greenwich de 1950. E o próprio interesse especial dos investigadores britânicos pelo funcionamento da democracia e pelo impacto da classe social seguia de perto a preocupação original da escola de Colúmbia com o papel dos meios de comunicação como fonte de informação para o eleitor e a sua subsequente descoberta da importância de uma predisposição socialmente determinada para o exercício do voto.

Contudo, ainda que não fossem de modo algum pouco sofisticados metodologicamente, estes primeiros estudos eram pálidos reflexos dos seus primos americanos em termos de alcance e dimensão. Por exemplo, enquanto o estudo de Erie County de 1940 incluía um painel de sete vagas, nenhum dos estudos britânicos incluía mais de duas ou três vagas. Mesmo assim, não devemos subestimar a importância destes estudos para o desenvolvimento da investigação eleitoral na Grã-Bretanha, já que constituiriam a base de grande parte da literatura sobre o comportamento eleitoral britânico produzida ao longo dos vinte anos seguintes. De importância crucial foram as aparentes implicações das suas descobertas para o funcionamento da democracia.

Esses primeiros estudos revelaram que o eleitor não satisfazia as expectativas dos teóricos, mostrando que, para 75% dos eleitores, a decisão eleitoral estava enraizada nos seus antecedentes familiares e sociais e associada a percepções de longo prazo dos partidos. Esses eleitores tomavam a sua decisão antes do início da campanha eleitoral e não eram influenciados pelos debates políticos do momento. Além disso, num prenúncio da posterior teoria da identificação partidária, verificou-se que esses eleitores eram capazes de filtrar as mensagens de campanha adversas à sua posição política previamente estabelecida.

Mas que dizer então sobre os restantes 25% dos eleitores que estavam aparentemente dispostos a mudarem a sua opção de voto? Longe de serem os mais bem informados, estes eleitores «flutuantes» pareciam ser, pelo contrário, os menos interessados e mais mal informados. A sua decisão de voto parecia depender mais das forças relativas das pressões sociais a que estavam sujeitos do que de uma opção racional individual.

Não só os eleitores se mostravam aquém da tarefa que lhes era pedida, como as campanhas eleitorais se revestiam em grande medida de um valor meramente simbólico e ritualístico. De facto, as campanhas eleitorais não só se revelavam incapazes de informar os eleitores flutuantes, como não tinham qualquer efeito sobre o resultado líquido das eleições. Em grande medida, os movimentos dos eleitores que mudavam de opinião depois da primeira vaga de inquéritos anulavam-se mutuamente. De um modo geral, a distribuição líquida do poder partidário no dia das eleições correspondia à da primeira vaga de inquéritos.

Todavia, se bem que suscitassem dúvidas quanto ao papel das campanhas eleitorais, estes estudos iniciais pareciam confirmar a importância da classe

social na vida política britânica⁴. Aparentemente, o mais importante não era saber se a classe social influenciava ou não o comportamento eleitoral, mas sim definir com exactidão a expressão «classe social». Quanto a esta questão, e seguindo o padrão de outras áreas da sociologia britânica, os estudos partiam em grande parte da preocupação americana com uma medição compósita do estatuto sócio-económico (v. Rose, 1968). Tentou-se uma série de medições alternativas, o que resultaria num consenso: a distinção mais importante de carácter ocupacional era entre trabalhadores manuais (que votavam no Partido Trabalhista) e trabalhadores não manuais (de tendência conservadora). Por outro lado, entre os trabalhadores não manuais, os empregadores e administradores constituíam um grupo particularmente pró-conservador (Bonham, 1954). Surgia, assim, o modelo de duas classes e dois partidos da política britânica.

Mas estes estudos apresentavam outros aspectos que seguiam muito de perto o modelo da escola de Colúmbia. Revelaram que a maior parte das pessoas possuía uma identificação de classe subjectiva (média ou trabalhadora) que estava associada ao voto independentemente da classe objectiva. E dedicaram especial atenção à influência da interacção social e do «ambiente de classe». Bealey *et al.* (1965) descobriram que a proporção do voto de classe num determinado partido variava de local para local de acordo com a classe social predominante, média ou trabalhadora. Benney *et al.* revelaram que havia mais probabilidades de os eleitores que acreditavam ter as mesmas opiniões políticas que os seus familiares e associados apresentarem um comportamento eleitoral estável do que aqueles que eram sujeitos a correntes opostas. Assim, ao mesmo tempo que menosprezavam a importância do contexto *político* imediato em que se tomava a decisão de voto, estes primeiros estudos punham em destaque o papel do contexto *social*.

Mas, se a classe social dominava a política britânica e os trabalhadores manuais eram a classe mais numerosa, como explicar então as derrotas eleitorais dos trabalhistas? De facto, em 1959, o Partido Trabalhista perdeu as eleições pela terceira vez consecutiva. O Partido Conservador estava, evidentemente, mais bem preparado para conquistar os votos da classe trabalhadora do que o Partido Trabalhista para assegurar os votos da classe média. Foi a investigação deste paradoxo que deu origem aos primeiros estudos que visavam explicar especificamente as tendências do sistema partidário britânico — neste caso, o declínio eleitoral do Partido Tabalhista — e aos primeiros inquéritos académicos

⁴ Contudo, Budge e Urwin (1966) demonstraram, com base numa série de pequenos inquéritos conduzidos em Glasgow por ocasião das eleições de 1964, que na Escócia a identidade religiosa e o sentimento nacional eram factores tão importantes como a classe social.

que não seguiam o modelo da escola de Colúmbia — mediante inquéritos conduzidos em mais de um local e/ou fora dos períodos eleitorais.

Cada um destes estudos centrou-se nas origens do conservadorismo da classe trabalhadora. Dois deles, McKenzie e Silver (1968) e Nordlinger (1967), estavam particularmente interessados na importância relativa da deferência social tradicional (como a preferência por um ex-aluno de Eton para o cargo de primeiro-ministro) e do instrumentalismo social (como a crença na capacidade provada dos governos conservadores para proporcionarem prosperidade material) na estimulação do apoio das classes trabalhadoras ao Partido Conservador. Estes autores descobriram que, embora explicasse de facto uma parte do conservadorismo da classe trabalhadora, a deferência social era menos comum entre os eleitores mais jovens e, desse modo, estava aparentemente em declínio secular.

Entretanto, Goldthorpe *et al.* (1968) pretendiam testar a tese do «emburguesamento» — a afirmação de que o aumento de prosperidade material era acompanhado pela propagação dos valores da classe média entre a classe trabalhadora, reduzindo desse modo a solidariedade de classe e enfraquecendo as ligações da classe trabalhadora ao Partido Trabalhista. Para tanto, os investigadores decidiram entrevistar (uma pequena amostra de) jovens trabalhadores manuais em três fábricas de Luton, um centro de indústria ligeira próspero e em expansão com um grande número de pessoas geograficamente móveis, ou seja, precisamente o tipo de pessoas entre as quais o «emburguesamento» deveria ser evidente, se é que de facto existia. A verdade, porém, é que os investigadores não encontraram provas suficientes para confirmar a tese — pelo contrário, descobriram que os seus entrevistados não pareciam diferir significativamente dos eleitores da classe trabalhadora em geral.

No entanto, a tradição da escola de Colúmbia ainda não estava morta. A cobertura televisiva das campanhas eleitorais começou tardiamente na Grã-Bretanha, já que, até 1958, as empresas emissoras acreditavam que tal cobertura violaria a lei — se bem que concedessem tempo de antena gratuito a cada um dos principais partidos políticos desde 1950. Assim, a eleição geral de 1959 foi a primeira a receber cobertura televisiva na Grã-Bretanha, sendo marcada pelo primeiro estudo da influência da televisão sobre os eleitores, um estudo que seria repetido em 1964 (Trenaman e McQuail, 1961; Blumler e McQuail, 1968).

As principais descobertas do primeiro destes estudos espelhavam em grande medida as conclusões dos estudos originais da escola de Colúmbia — a televisão não exercia uma influência significativa sobre os eleitores ou o resultado líquido das eleições. Contudo, no segundo estudo, os investigadores concluíram que a maior cobertura dada ao Partido Liberal nos noticiários televisivos durante a campanha eleitoral contribuiu para a maior divulgação desse partido e para o aumento do apoio eleitoral ao mesmo. Além disso, os eleitores «flutuantes» desse período aproximavam-se muito mais do modelo do eleitor ideal que os

teóricos dos primeiros estudos tinham procurado em vão. Estes eleitores eram mais motivados e mais informados do que o eleitor médio e obtinham mais informação política durante a campanha eleitoral. Era um sinal evidente de que o debate sobre o eleitor racional estava ainda longe de ter terminado.

BUTLER E STOKES

Entretanto, evidentemente, nos Estados Unidos a abordagem da escola de Colúmbia ao estudo do comportamento eleitoral já tinha dado lugar à abordagem da escola de Michigan, fundada em 1952, com a sua utilização de amostras e painéis à escala nacional que cobriam todo o período intermédio entre duas eleições, e não apenas a campanha de uma única eleição. Dadas as descobertas dos estudos pioneiros, tal viragem parecia fazer sentido também na Grã-Bretanha. Isto porque a força da escola de Michigan residia na sua maior capacidade de investigar influências de longo prazo sobre o comportamento eleitoral — em grande medida graças ao seu mais célebre conceito, a identificação partidária.

Tal como com a primeira sondagem britânica ao estilo da escola de Colúmbia conduzida em 1950, a primeira sondagem ao estilo da escola de Michigan envolveu um intercâmbio directo com os Estados Unidos ao nível dos próprios investigadores. Donald Stokes, um dos co-autores do livro *The American Voter*, dirigiu a sondagem em colaboração com David Butler, o mais conhecido estudioso britânico do campo eleitoral (ainda que não desenvolvesse necessariamente uma perspectiva comportamental). As sondagens de Butler e Stokes, iniciadas em 1963, marcariam o princípio daquilo a que hoje chamamos os «estudos eleitorais britânicos». Estes tornar-se-iam a principal fonte de dados para os estudos baseados em sondagens das eleições legislativas da Grã-Bretanha e foram realizados em todas as eleições a partir de 1964. No quadro n.º 1 podemos observar um resumo das sondagens que constituem a série. A descrição de Butler e Stokes das suas próprias descobertas (Butler e Stokes, 1969 e 1974) continua a ser o livro mais influente jamais publicado sobre o comportamento eleitoral britânico, um livro que, de facto, não encontrou qualquer concorrência até à década de 80.

A implementação da abordagem de Michigan por Butler e Stokes apresentava quatro aspectos principais:

1. A utilização de inquéritos à escala nacional. Pela primeira vez, uma amostra representativa do eleitorado nacional era conjugada com uma amostra de quase 2000 entrevistados (v. quadro n.º 1).
2. A introdução de um painel intereleitoral. As sondagens da escola de Colúmbia tinham indicado que, quando os eleitores mudavam de opinião entre uma eleição e a seguinte, faziam-no normalmente antes do

início da campanha eleitoral. Assim, evidentemente, era possível estudar melhor a volatilidade eleitoral mediante a observação do fluxo do voto de uma eleição para a seguinte, mais do que durante a própria campanha eleitoral. Deste modo, o esquema de Butler e Stokes combinava amostras transversais do eleitorado inquiridas imediatamente antes das eleições de 1964, 1966 e 1970 com painéis de inquiridos que já tinham sido entrevistados antes de uma ou mais eleições legislativas anteriores.

3. A introdução do conceito de identificação partidária no estudo do comportamento eleitoral britânico. Embora Butler e Stokes tivessem alterado o nome deste conceito para «auto-imagem partidária» e aceitado que na Grã-Bretanha havia menos probabilidades de a identificação permanecer invariável entre os eleitores que mudavam o seu voto do que nos Estados Unidos, na sua essência este conceito assemelhava-se ao «primo» americano. De importância crucial era o facto de que a auto-imagem partidária representava um laço afectivo entre o eleitor e o seu partido, sendo a principal determinante do comportamento eleitoral. Entretanto, os autores argumentavam veementemente contra a noção de que as questões políticas em debate exerciam uma influência importante sobre o comportamento eleitoral.
4. Uma ênfase nos factores de longo prazo, e não de curto prazo, da mudança eleitoral. Embora os autores tenham encontrado muitas mais mudanças entre as eleições do que poderia ser antecipado com base na sua perspectiva teórica — em quase um terço da amostra —, verificaram também que muitos desses eleitores que abandonavam um partido voltavam a votar no mesmo nas eleições seguintes. E muito poucos passavam directamente dos conservadores para os trabalhistas, ou vice-versa. Assim, a mudança de curto prazo não afectava o poder de longo prazo dos partidos; as grandes mudanças no sistema partidário só poderiam ocorrer por meio de mudanças na distribuição subjacente da identificação partidária.

Como é isto possível? Um aspecto importante do modelo de Butler e Stokes foi a ênfase dada à transmissão da auto-imagem partidária de pais para filhos durante o final da infância destes. De acordo com os autores, as crianças recebem as primeiras e mais importantes influências políticas no meio familiar. Além disso, dada a existência de comunidades de classe homogêneas e a base social da política, tais influências seriam frequentemente reforçadas pelo meio social envolvente, com o qual entrariam gradualmente em contacto. A não ser que essas crianças fossem sujeitas a diferentes influências políticas durante o princípio da idade adulta — como consequência, por exemplo, da mobilidade social —, as suas preferências partidárias manter-se-iam, provavelmente, fixas durante o resto das suas vidas.

Isto significava que a mudança política de longo prazo só poderia ocorrer em consequência de diferenças geracionais na distribuição das preferências partidárias. Se a distribuição da identificação partidária entre aqueles que entravam correntemente no eleitorado (com a chegada à maioria ou a imigração) fosse diferente da distribuição da identificação partidária entre aqueles que abandonavam o eleitorado (por falecimento ou devido à emigração), o equilíbrio partidário geral sofreria uma mudança. Baseados nas provas de uma utilização inovadora, mas ousada, dos dados que obtiveram dos seus inquiridos sobre a identificação partidária deles próprios e dos pais, Butler e Stokes tentaram reconstituir as mudanças de longo prazo na distribuição da identificação partidária ao longo do século xx. Partindo daqui, os autores puderam defender a existência de um movimento de longo prazo a favor do Partido Trabalhista na distribuição da identificação partidária. Havia mais probabilidades de os eleitores mais velhos que abandonavam o eleitorado apresentarem uma identificação partidária conservadora do que os eleitores mais jovens. Isto não se devia ao facto de as pessoas se tornarem mais conservadoras à medida que envelhecem (embora houvesse mais probabilidades de aqueles que se identificavam com os trabalhistas morrerem mais cedo). A explicação residia antes no facto de que, à data da entrada no eleitorado dos eleitores mais velhos — em alguns casos, antes de 1914 —, o Partido Trabalhista não estava ainda plenamente desenvolvido e, em consequência, havia muito menos probabilidades de tais eleitores terem sido socializados na infância no sentido de uma preferência eleitoral pelos trabalhistas.

Contudo, existia uma segunda possível fonte de mudança intergeracional. Como já fizemos notar, a identificação partidária está mais sujeita a mudanças durante os primeiros anos de vida adulta dos eleitores. Em consequência, há mais probabilidades de os novos eleitores serem influenciados pelo clima político actual. Butler e Stokes defenderam que, se existissem mudanças importantes no clima político, os eleitores que entravam no eleitorado nesse momento poderiam rejeitar as influências absorvidas durante a infância em favor das influências recebidas no momento da sua primeira experiência eleitoral. Para Butler e Stokes foi o que ocorreu em 1945, ano em que se verificou a eleição do primeiro governo trabalhista maioritário. Assim, um grupo particularmente alargado de novos eleitores (não se celebravam eleições desde 1935) evidenciava simpatias trabalhistas anormalmente fortes, o que impulsionou ainda mais o poder partidário do Partido Trabalhista.

Em contrapartida, alguns outros aspectos do modelo de Michigan, particularmente aqueles que ajudavam a explicar o comportamento dos eleitores que não votavam de acordo com a sua identificação partidária, receberam muito menos atenção por parte de Butler e Stokes. É certo que os líderes partidários britânicos não podem conquistar o poder independentemente dos seus partidos, pelo que as avaliações dos candidatos não são tão facilmente separadas das avaliações dos respectivos partidos. Ainda assim, Butler e Stokes

defenderam que, embora na Grã-Bretanha o facto se revestisse de menor importância do que nos Estados Unidos, a popularidade ou impopularidade de um líder partidário tinha um impacto evidente sobre o apoio partidário, especialmente nos casos em que os líderes eram particularmente populares ou impopulares. Do mesmo modo, os autores dedicaram alguma atenção ao impacto das políticas partidárias sobre determinadas questões particulares (especialmente a imigração) e as imagens dos partidos.

Um espaço bastante mais alargado foi concedido ao papel das ligações a grupos, especialmente de carácter social, no comportamento eleitoral e às percepções da relação entre os grupos sociais e a política. Butler e Stokes confirmaram a perspectiva dos primeiros estudos de que a ocupação profissional era a melhor medida da classe social, ainda que se mostrassem algo indecisos quanto à distinção precisa entre classe média e classe trabalhadora. Os autores corroboraram também as primeiras descobertas sobre a importância do ambiente da classe local (ou meio) no reforçar ou minar das preferências partidárias. Além disso, verificaram que muitos dos seus inquiridos (especialmente aqueles que pertenciam à classe trabalhadora) entendiam a política principalmente como uma questão de classe social, além de reconhecerem geralmente o Partido Trabalhista como um partido da classe trabalhadora e o Partido Conservador como um partido da classe média. Todavia, apenas uma minoria dos entrevistados sentia que as classes estavam em conflito, pelo que a política de classe não representava uma ameaça à estabilidade do sistema político.

DEPOIS DE BUTLER E STOKES — O NOVO CONSENSO

A liderança de Butler e Stokes no campo dos estudos eleitorais terminou com as eleições de 1970. O testemunho foi passado a Ivor Crewe, Bo Särilvik (que tinha dirigido anteriormente os estudos eleitorais suecos) e James Alt (ao qual se juntaria mais tarde David Robertson), da Universidade de Essex, que conduziram três estudos entre 1974 e 1979. Foi neste período que os estudos eleitorais, financiados pelo Social Science Research Council (ainda que não de modo permanente), adquiriram o seu estatuto «oficial» na comunidade britânica das ciências políticas, se bem que não fossem os únicos⁵. Entre 1983 e 1997, no seguimento da partida para o estrangeiro de alguns membros da equipa de Essex, os estudos passaram a ser dirigidos por Anthony

⁵ Particularmente notáveis foram os grandes inquéritos nacionais financiados pela BBC e dirigidos por Ivor Crewe (1981 e 1985b) em 1979, 1983 e 1987, no dia das eleições e no dia imediatamente anterior, bem como o inquérito nacional de 1023 inquiridos conduzido por Dunleavy e Husbands (1985) e o painel de campanha financiado pelo ESRC (European Social Research Council) e conduzido durante as eleições de 1987 (Miller *et al.*, 1990); v. também Fishbein *et al.* (1976), Himmelweit *et al.* (1981 e 1985) e Scarbrough (1984).

Heath (Oxford), Roger Jowell (Social and Community Planning Research, Londres) e John Curtice (Liverpool e, subsequentemente, Strathclyde), aos quais se juntou Pippa Norris (Harvard) em 1997⁶. Ambas as equipas mantiveram as bases fundamentais da abordagem de Butler e Stokes, ou seja, conduzindo inquéritos transversais pós-eleitorais e painéis intereleitorais de longo prazo, que, até à década de 90, não foram suplementados de modo significativo por quaisquer estudos sobre o comportamento eleitoral, a influência dos meios de comunicação ou os candidatos partidários⁷. Contudo, foram entrevistados novos grupos de eleitores na Escócia em Outubro de 1974, 1979, 1992 e 1997 (Miller, 1981; Bennie *et al.*, 1997; Brown *et al.*, 1998), bem como no País de Gales em 1979 (Balsom *et al.*, 1983), de modo a permitir uma análise independente do comportamento eleitoral nessas nações integrantes da Grã-Bretanha.

Mas, se os sucessores de Butler e Stokes mantiveram a sua metodologia, a sua abordagem intelectual parecia destinada a uma reavaliação. Em 1974, a imagem de um eleitorado estável, cujos afectos eram uniformemente divididos entre, e dominados por, dois grandes partidos de Estado, parecia gravemente comprometida (v. também Crewe, 1972 e 1976). As campanhas eleitorais de 1970 e 1974 assistiram a algumas mudanças dramáticas quanto aos destinos dos partidos. De facto, em 1970, a vitória eleitoral do Partido Conservador parece ter sido assegurada por uma mudança ocorrida ao nível do eleitorado nos últimos dias de campanha. As eleições parlamentares parciais de finais da década de 60 e inícios da década de 70 registaram algumas oscilações sem precedentes. Entretanto, o Partido Liberal obteve quase um quinto dos votos nas eleições gerais de Fevereiro e de Outubro de 1974 e em Outubro de 1974 o Partido Nacionalista Escocês conquistou 30% dos votos dos eleitores escoceses e 11 assentos parlamentares.

Gradualmente, ao longo dos anos 70 e 80 emergiu um novo e muito diferente consenso quanto à natureza do eleitorado britânico. As antigas

⁶ O Social and Community Planning Research é actualmente conhecido sob a designação de National Centre for Social Research. Em 2001, o testemunho foi passado a David Sanders e Paul Whiteley (Essex), aos quais se juntaram Harold Clarke e Marianne Stewart (Universidade do Norte do Texas). Como referido anteriormente, é demasiado cedo para que este estudo tenha dado origem a novos trabalhos, pelo que não é alvo de mais análise no presente artigo. Há que fazer notar, contudo, um aspecto importante e inovador do estudo de 2001, nomeadamente a introdução de um plano de pesquisa pré e pós-eleitoral.

⁷ Porém, esta situação começou a mudar nos anos 90. Em 1992 foi levada a efeito uma análise de conteúdo das notícias dos meios de comunicação, a par da análise das respostas às sondagens do questionário principal (Semetko *et al.*, 1994; v. também Miller, 1990 e 1991). Em 1992 e 1997 foram realizados estudos paralelos sobre os candidatos, que permitiram assim um estudo da representação (Norris, 1994 e 1999). Entretanto, os resultados britânicos dos manifestos europeus foram incluídos num dos livros resultantes do estudo de 1997 (Budge, 1999); v. também, à frente, a análise do estudo da campanha eleitoral de 1997.

forças da classe social e da identificação partidária, os pilares que serviam de base à estabilidade do eleitorado, tinham perdido a sua influência. Esta situação não só produziu uma maior volatilidade eleitoral, como pôde também explicar o declínio secular do apoio ao Partido Trabalhista que se verificou a partir dos anos 60, bem como o crescimento do apoio à Aliança SDP (Social Democratic Party)/Liberal.

De facto, a primeira sugestão de que uma importante mudança estava a ocorrer foi avançada pelos próprios Butler e Stokes na 2.^a edição do seu livro. Estes autores defendiam que tinha ocorrido um declínio na força do alinhamento de classes. Se bem que o nível de identificação partidária com os trabalhistas entre a classe trabalhadora fosse mais fraco em 1970 do que fora em 1963, era mais forte entre a classe média. As classes pareciam também menos polarizadas nas suas identidades de classe subjectivas. O modelo «classe igual a partido» da política britânica foi seriamente posto em questão pela primeira vez, desencadeando um debate sobre o desalinhamento que dominaria a literatura especializada durante as décadas de 70 e 80, e continuaria ao longo dos anos 90.

Mas não foi fácil a Butler e Stokes explicar este aparente declínio do voto de classe em termos consonantes com o seu modelo de mudança intergeracional. Em parte, os autores conseguiram permanecer fiéis aos termos do seu modelo ao notarem que a força do alinhamento de classes parecia ser mais reduzida entre os novos eleitores do que entre os grupos que tinham entrado no eleitorado em 1945. Os novos eleitores respondiam claramente a um novo clima político, como sugeria o modelo dos autores. Contudo, ao especularem sobre as causas da mudança do clima político, Butler e Stokes referiam-se, não às mudanças súbitas registadas numa eleição particular, sobre as quais o seu modelo assentava anteriormente, mas sim a mudanças sociais graduais — a introdução da televisão, a crescente semelhança na composição social dos partidos parlamentares Conservador e Trabalhista e a crescente prosperidade material. Mais importante ainda, Butler e Stokes reconheciam que estas mudanças tinham influenciado todo o eleitorado, e não apenas os novos eleitores. Esta explicação parecia sugerir que podiam existir mudanças significativas na base social do comportamento eleitoral, mudanças essas que simplesmente não podiam ser explicadas por meio de um modelo geracional de mudança eleitoral.

Para os posteriores defensores da tese do desalinhamento de classes isto não constituía, obviamente, um problema (Franklin, 1985; Kelley *et al.*, 1985; Rose, 1980). Estes autores defenderiam que a relação entre classe e voto tinha continuado a declinar depois de 1970. Chamaram a atenção, em particular, para a proporção em declínio do voto da classe trabalhadora (ou seja, dos trabalhadores manuais) conquistada pelo Partido Trabalhista, que desceu de 69% em 1966 para 42% em 1983. Mas, enquanto Butler e Stokes, ao tentarem explicar este declínio, dedicaram tanta atenção às mudanças nos partidos políticos como às mudanças sociais, a maioria dos autores posteriores

concentrou-se nestas últimas, que incluíam a crescente prosperidade entre as classes trabalhadoras, a generalização de habitação própria (especialmente a venda de casas camarárias pelo governo conservador a partir de 1979), o aumento da mobilidade social e das oportunidades de educação e o declínio das comunidades socialmente homogêneas. Em suma, os autores posteriores defenderiam que as imagens tradicionais da base social dos Partidos Conservador e Trabalhista tinham perdido força porque a classe se tornara uma influência menos importante na vida social. Estas condições funcionavam em benefício de terceiros partidos e em particular desvantagem do Partido Trabalhista, que era o partido mais dependente de um apelo eleitoral baseado na classe social (v. também Robertson, 1984).

Se Butler e Stokes podem reivindicar parte da autoria da tese do desalinhamento de classes, a afirmação de que ocorreu um declínio no papel da identificação partidária — a que se chamou desalinhamento partidário (Crewe *et al.*, 1977; Crewe, 1984 e 1985a; Rose e McAllister, 1986) foi indubitavelmente obra de autores posteriores, dos quais se destaca Ivor Crewe. Este autor fez notar a ocorrência, a partir de 1974, de um declínio do número de eleitores que declaravam uma identificação partidária, bem como, particularmente, da força de identificação partidária desses eleitores. Por exemplo, a percentagem de eleitores com uma forte identificação partidária desceu de 44% em 1964 para 19% em 1987. De acordo com estes autores, esta descida significava que havia menos probabilidades de os eleitores permanecerem fiéis a um só partido, o que dava origem a níveis mais elevados de volatilidade eleitoral e a uma maior disponibilidade para o voto em terceiros partidos. E, numa importante crítica ao modelo de mudança intergeracional de Butler e Stokes, Crewe *et al.* (1977) fizeram notar que o declínio da identificação partidária registado em 1974 não ocorreu apenas entre os novos eleitores, sendo de facto mais amplo entre aqueles que tinham entrado no eleitorado na década de 30, ou seja, entre os eleitores que atingiram a maioridade no auge da depressão e nos quais se poderia esperar que o apelo de base social dos dois principais partidos surtisse um efeito mais poderoso.

NOVAS CLIVAGENS E MOTIVAÇÕES EM MUDANÇA?

A par destas teses de desalinhamento, alguns analistas sugeriram também a emergência de novos alinhamentos e/ou a substituição da identificação partidária por novas fontes de motivação eleitoral. O argumento mais influente em favor da emergência de um novo alinhamento deve ter sido a afirmação de que surgira uma nova clivagem entre o sector público e o sector privado (Dunleavy, 1979 e 1980; Dunleavy e Husbands, 1985). Baseado no trabalho de Castells no campo da política urbana, Dunleavy defendeu que o aumento do papel do Estado na economia, juntamente com uma crescente divergência nas atitudes partidárias

relativamente à definição exacta desse papel, significava que os eleitores eram cada vez mais influenciados pela sua relação com o Estado.

Em contrapartida, a teoria pós-materialista de Inglehart recebeu menos atenção na Grã-Bretanha do que noutros países europeus e tem um número relativamente reduzido de aderentes entre os estudiosos do comportamento eleitoral britânico (Inglehart, 1971, 1977 e 1997). Evidentemente, como o próprio Inglehart reconheceu, a *performance* relativamente fraca da economia britânica durante a maior parte do período do pós-guerra torna bastante discutível a hipótese de a geração britânica do pós-guerra ter experimentado uma «prosperidade formativa». Em todo o caso, embora existam indícios de que uma fracção da classe média assalariada se mostra menos propensa a votar no Partido Conservador e mais propensa a votar na Aliança ou no Partido Trabalhista do que a restante classe média (Heath *et al.*, 1985 e 1991), este fenómeno não é de modo algum uma novidade, podendo estar mais relacionado com as divergências ao nível dos antecedentes educacionais e religiosos dos diferentes segmentos da classe média do que com a prosperidade formativa ou a localização sectorial.

Até aos anos 90, pelo menos, indícios mais fortes de uma nova clivagem pareciam residir num outro contexto. Entre 1955 e 1987 verificou-se uma crescente polarização geográfica do apoio eleitoral entre o Norte da Grã-Bretanha (isto é, a Escócia e o Norte da Inglaterra) e o Sul (isto é, o resto da Inglaterra) (Curtice e Steed, 1982, 1986 e 1988; Johnston *et al.*, 1988). Enquanto o Norte se tornou relativamente mais pró-trabalhista, o Sul tornou-se mais pró-conservador. Além disso, esta divergência não podia ser facilmente explicada pelas diferenças ao nível da estrutura social das duas metades da Grã-Bretanha, sugerindo antes que a própria região tinha passado a exercer influência sobre o comportamento eleitoral (Curtice, 1988); de facto, em 1987 a localização regional era já, em termos políticos, o maior divisor da classe trabalhadora, ultrapassando até outros factores, como a posse de habitação própria e a sindicalização (Heath *et al.*, 1991). Contudo, nos anos mais recentes até mesmo esta divisão pareceu enfraquecer ligeiramente, um desenvolvimento que poderá ter sido condicionado em grande medida pelas tentativas deliberadas do Partido Trabalhista de aumentar a sua atracção eleitoral no Sul da Inglaterra (Curtice e Park, 1999).

Enquanto as afirmações de desalinhamento de classe davam origem a uma busca de novas clivagens, as afirmações de desalinhamento partidário promoviam a busca de novas motivações. Seguindo argumentos similares defendidos pela literatura especializada americana, alguns autores britânicos argumentaram que o declínio gradual da identificação partidária permitira aos eleitores votarem com base nas suas atitudes (Fishbein *et al.*, 1976; Himmelweit *et al.*, 1981 e 1985; Franklin, 1985; Särilvik e Crewe, 1983). De acordo com esta perspectiva, o eleitor estava agora mais próximo do estereótipo do cidadão racional que os estudos anteriores tinham procurado. Este debate não é de modo

algum simples, já que levanta questões complexas sobre a direcção da causação entre a identificação partidária, as questões políticas e o voto, questões essas que foram amplamente discutidas na literatura especializada dos Estados Unidos. E trata-se de um argumento difícil de testar na Grã-Bretanha, já que, devido às preocupações intelectuais de Butler e Stokes, a informação recolhida antes de 1974 sobre as questões políticas é relativamente escassa. Mas não deixa de ser interessante notar que tanto Himmelweit *et al.* como Särilvik e Crewe descobriram que a relação entre o voto e as posições tomadas relativamente às questões políticas era menos significativa no caso dos eleitores do Partido Liberal/Aliança do que no caso dos eleitores conservadores e trabalhistas — contudo, foi o apoio aos Liberais/Aliança que registou um aumento nos anos 70 e 80.

Talvez mais plausível seja o argumento de que Butler e Stokes e os estudos anteriores subestimaram a influência das questões políticas sobre o voto durante os anos 50 e 60, de que as questões políticas sempre desempenharam um papel importante e de que este papel não sofreu mudanças significativas (Heath *et al.*, 1991; Sanders, 1999). Entretanto, desenvolveu-se também um animado debate em torno da definição de «questões políticas». Heath *et al.*, por exemplo, defenderam que os eleitores aderem a valores gerais (v. Rokeach, 1973) relativamente estáveis ao longo do tempo e que são estes, mais do que as questões políticas imediatas que marcam as campanhas eleitorais, os mais importantes para o comportamento eleitoral — uma posição na linha do trabalho de Milne e Mackenzie, que realçam mais as imagens do que as questões políticas no estudo de Greenwich de 1950 (v. também Rose e McAllister, 1990). Entretanto, Scarbrough (1984) sugeriu que uma percentagem significativa de eleitores apresenta de facto ideologias políticas que refletem as principais posições ideológicas promulgadas pelos partidos políticos.

O COLAPSO DO NOVO CONSENSO

Estas afirmações sobre as novas clivagens e motivações sempre pareceram problemáticas. Em todo o caso, o consenso posterior a Butler e Stokes sobre o desalinhamento partidário e de classe foi contestado durante os anos 80 e 90, particularmente pela equipa de estudos eleitorais de Heath *et al.* O trabalho destes suscitou um aceso debate, em especial quanto ao desalinhamento de classe (Heath *et al.*, 1985, 1987, 1988, 1991 e 1995; Crewe, 1986 e 1992; Dunleavy, 1987; Marshall *et al.*, 1988; Evans *et al.*, 1991 e 1999; Evans, 1999a). Estes autores defenderam que para demonstrar a existência de um desalinhamento de classe não basta mostrar o declínio do apoio da classe trabalhadora aos trabalhistas e/ou da classe média aos conservadores. Um ou ambos estes partidos baseados na classe podem simplesmente ter-se tornado menos populares em todas as classes. Em vez disso,

afirmam os autores, é necessário mostrar que o apoio aos trabalhistas se tornou relativamente maior entre a classe média e o apoio aos conservadores relativamente maior entre a classe trabalhadora. Sugerem que, ao examinar estes aspectos, verificamos que, embora a relação classe/voto não tenha sido estável ao longo do tempo (de facto, declinou entre 1964 e 1970, como afirmaram Butler e Stokes), não se registou um declínio secular consistente nessa relação, como previsto pela tese do desalinhamento de classe. Em vez disso, a relação oscilou, subindo e descendo a partir dos anos 70 — e, frequentemente, sem que as diferenças se revestissem de importância estatística.

Heath *et al.* examinaram também de modo mais directo dados que evidenciam um declínio do conceito de classe no espírito dos cidadãos. Na linha de Marshall *et al.*, encontraram poucos dados para sustentarem essa afirmação. De facto, parece ter ocorrido um declínio gradual na relação entre classe objectiva e classe subjectiva, mas foi pouco significativo e não é corroborado por outros indicadores disponíveis.

Embora Heath *et al.* tenham contestado a tese do desalinhamento de classe no seu primeiro livro, publicado em 1985, foi só no segundo livro, seis anos depois, que levantaram dúvidas quanto à tese do desalinhamento partidário. Não negam que a força da identificação partidária tenha declinado de acordo com as medidas-padrão. Aquilo que questionam é a existência de algumas das alegadas consequências dessa mudança. Em particular, parecem existir poucas provas para sustentar que a volatilidade intereleitoral é significativamente maior nos nossos dias do que nos anos 60. Por exemplo, entre 1966 e 1974 não menos de 34% dos eleitores mudaram a sua opção de voto — e a percentagem foi exactamente a mesma entre 1987 e 1992. Além disso, tanto nos anos 80 como nos anos 60, parecia haver as mesmas probabilidades de os eleitores que não votavam de acordo com a sua identificação partidária em determinada eleição voltarem a mudar para o seu partido preferido nas eleições seguintes (Heath *et al.*, 1991).

No entanto, se os eleitores não mudaram tanto como se pensava, como explicar a mudança política ocorrida na Grã-Bretanha? Heath *et al.* defendem que os analistas confundiram as mudanças de comportamento dos eleitores com as mudanças de motivação dos mesmos sem perguntarem primeiro se os estímulos políticos que recebiam eram ou não os mesmos. Sugeriram, por exemplo, que as variações no alinhamento de classe poderiam muito bem reflectir mudanças ao nível das divergências entre os partidos quanto a questões políticas de natureza social (v., em especial, Evans *et al.*, 1991 e 1999, e Heath *et al.*, 2001). Em suma, em vez de se procurarem apenas explicações sociológicas ou psicológicas para a mudança, era também necessário examinar as explicações políticas, uma tese igualmente defendida por Rose e McAllister (1990).

Entretanto, no que concerne à incapacidade do desalinhamento partidário para produzir uma maior volatilidade eleitoral, Heath *et al.* (1991) fizeram notar que, embora a relação entre a mudança de opção de voto e a força da identificação partidária tenha permanecido igual à que se verificava nos anos 60, a

proporção de eleitores que mudavam de opção de voto entre eleições teria, em qualquer caso, aumentado apenas em cerca de 6% em finais dos anos 80. Além disso, sugeriram que, se a identificação partidária mede não apenas a identidade afectiva como também o grau de satisfação com um partido, o declínio da identificação partidária de um eleitor não o levará necessariamente a mudar de voto, já que estará ainda menos satisfeito com qualquer das alternativas.

MUDANÇAS DE CURTO PRAZO

Até finais dos anos 80, portanto, tanto a teoria académica como o método de investigação enfatizavam mais o estudo da mudança eleitoral de longo prazo do que de curto prazo. Todavia, a sugestão, por exemplo, de que a relação entre a classe e o voto podia variar de eleição para eleição de acordo com o tipo de posições assumidas pelos partidos quanto às questões políticas do momento apontava já para a necessidade de examinar mais profundamente os factores de curto prazo e, em particular, o contexto político em que os eleitores exprimiam o seu voto. Ao fim e ao cabo, com um terço do eleitorado aparentemente a mudar de opção de voto de uma eleição para outra e um quarto a mudar de opinião durante a (curta) campanha eleitoral, a mudança de curto prazo era claramente crucial para o resultado da luta pelo poder. Além disso, numa série de eleições a partir dos anos 70 a própria campanha eleitoral parecia gerar mudanças significativas no padrão colectivo de apoio aos partidos.

Assim, em 1987 foi conduzido o primeiro painel durante uma campanha nacional na Grã-Bretanha por Miller *et al.* (1990). Porém, grande parte do texto concentra-se em pormenores das eleições de 1987 e as questões teóricas mais gerais recebem uma atenção relativamente escassa. Além disso, verificou-se menos alteração no voto em cada partido durante a campanha eleitoral de 1987 do que em qualquer outra ocasião eleitoral desde 1966, pelo que Miller *et al.* tinham relativamente pouca mudança política a explicar. Contudo, o trabalho destes autores antecipou de facto o debate sobre o papel dos meios de comunicação, que se tornaria proeminente nos anos 90. Miller *et al.* defenderam, em particular, que a imprensa maioritariamente pró-conservadora podia exercer uma influência sobre o voto bastante mais forte do que muitos autores tinham anteriormente sugerido — especialmente entre a metade da população politicamente menos interessada —, o que suscitou novas dúvidas sobre uma velha questão, nomeadamente a racionalidade do eleitor flutuante.

Por conseguinte, em 1992, o painel de 1987-1992 foi entrevistado durante a campanha eleitoral de 1992, bem como depois das eleições, incorporando-se assim, pela primeira vez, um elemento de campanha no painel inter-eleitoral. As eleições de 1992 resultaram numa inesperada vitória do Partido Conservador, o que deu azo a muitas especulações quanto a uma possível mudança de última hora entre o eleitorado e, particularmente, quanto ao

impacto da cobertura muito inflamada que a campanha recebeu por parte de determinados sectores da imprensa. Contudo, o painel de campanha (Jowell *et al.*, 1993; Heath *et al.*, 1993) pôs seriamente em dúvida a hipótese de uma mudança significativa de última hora entre as forças partidárias, sugerindo que o resultado eleitoral só fora inesperado porque tinha havido erros nas sondagens à opinião pública. Do mesmo modo, o painel lançava dúvidas sobre as afirmações de que a imprensa pró-conservadora tinha determinado o resultado das eleições. Com base na capacidade do painel para ajudar a distinguir entre causa e efeito na pesquisa dos meios de comunicação, sugeria-se que, embora a imprensa partidária britânica tivesse tido de facto algum impacto sobre o comportamento dos eleitores, em grande medida as influências dos jornais pró-trabalhistas e pró-conservadores tinham-se anulado mutuamente (Curtice e Semetko, 1994).

O impacto dos meios de comunicação foi examinado de modo ainda mais profundo nas eleições de 1997, nas quais se procedeu não só a um painel de campanha como também a uma análise de conteúdo dos meios de comunicação e a trabalho experimental sobre o impacto dos mesmos (Norris *et al.*, 1999). Todavia, também este estudo revelou efeitos reduzidos ou inexistentes. Os partidos não podiam determinar necessariamente as questões políticas debatidas nos meios de comunicação. E, contrariamente às afirmações da maioria dos investigadores americanos, mas em consonância com os resultados de Miller *et al.* de há uma década, os meios de comunicação também não determinavam as questões políticas debatidas pelo eleitorado. Igualmente em oposição às conclusões da literatura especializada americana, os meios de comunicação não podiam ser responsabilizados pela indiferença dos cidadãos relativamente ao processo político e o impacto conjunto dos jornais (a maioria dos quais apoiava agora os trabalhistas, antecipando a derrota dos conservadores) sobre o resultado eleitoral era, na melhor das hipóteses, mínimo.

Assim, em grande medida, esta pesquisa sobre o impacto dos meios de comunicação ajudou a dissipar os receios de que os barões da imprensa britânica exerciam uma influência imprópria sobre o processo eleitoral do país. Mas e quanto ao papel dos partidos? É evidente que estes testaram um conjunto variado de estratégias ideológicas ao longo dos anos 80 e 90. Na década de 80 tanto os conservadores como os trabalhistas entregaram o terreno central da política britânica a uma recém-formada Aliança Liberal/SDP. Mais tarde, nos anos 90, os trabalhistas regressaram bruscamente ao centro, renegando até o histórico compromisso do partido com as nacionalizações. No entanto, uma análise exaustiva do impacto das posições ideológicas dos partidos sobre o padrão do apoio partidário durante este período sugeriu que, na maioria dos casos, a posição ideológica de um partido tinha um impacto relativamente reduzido sobre a estrutura do seu apoio (Heath *et al.*, 2001). Em grande medida, o apoio aos partidos tendia a flutuar de modo mais ou menos unifor-

me através de todo o espectro ideológico — se bem que com algumas variações que ajudavam a explicar as mudanças ocorridas na incidência do voto de classe de eleição para eleição. Contudo, a mudança dos trabalhistas para o centro depois de 1994 constituiu uma importante exceção a esta regra. Tal mudança foi acompanhada, nas eleições de 1997, por um aumento acima da média do apoio aos trabalhistas entre o eleitorado de direita e da classe média.

Porém, pondo de lado esta exceção, o facto de as subidas e descidas do apoio partidário ocorrerem de modo mais ou menos uniforme por todo o espectro ideológico e independentemente da posição ideológica dos partidos sugere que, na maioria dos casos, as eleições não são mecanismos de representação das preferências do eleitorado relativamente às questões políticas do momento. Em vez disso, sugerem Heath *et al.*, as mudanças de curto prazo aos níveis de apoio partidário são determinadas por mudanças ao nível das percepções da competência dos partidos. Uma das determinantes fundamentais dessa competência inclui, evidentemente, as avaliações retrospectivas. O grau relativamente limitado de análise a nível individual do papel das avaliações retrospectivas estabeleceu em grande medida a sua importância (v., por exemplo, Alt, 1979, e Miller *et al.*, 1990) e valida as conclusões dos estudos existentes a nível agregado que predominam nesta área. Todavia, Heath *et al.* defenderam que os eleitores não se limitam a considerar as suas percepções sobre o estado da economia, pois também realizam avaliações não económicas relativas, por exemplo, à qualidade das escolas ou do serviço de saúde (Heath *et al.*, 1991 e 2001; contudo, para uma perspectiva diferente, v. Rose e McAllister, 1990). Entretanto, Evans defendeu que as imagens sinópticas mais gerais dos partidos desempenham igualmente um papel importante (Evans, 1999b).

Se os estudos recentes começaram a restabelecer o interesse da escola de Colúmbia pelo impacto do contexto político sobre o comportamento eleitoral, o mesmo não podemos dizer quanto ao seu interesse pelo impacto do contexto social do eleitor. Embora Butler e Stokes tenham de facto dedicado alguma atenção a este tema, o modelo da escola de Michigan não é necessariamente o mais adequado para o explorar. Contudo, grande parte do debate sobre a política eleitoral britânica parte de pressupostos cruciais sobre a importância do contexto social do eleitor. Os defensores da tese do desalinhamento de classe, por exemplo, defendem que há menos probabilidades de os eleitores de hoje viverem em círculos eleitorais socialmente homogêneos e que, uma vez que a televisão se tornou a sua principal fonte de informação política, as conversas com amigos e vizinhos perderam importância. Em contrapartida, a crescente polarização geográfica do apoio aos conservadores e aos trabalhistas levou alguns autores a sugerirem que o meio social local dos eleitores se tornou mais, e não menos, importante (Miller, 1978).

Evidentemente, a investigação do contexto social levanta importantes questões teóricas. Sob o modelo de Michigan, os inquiridos podem ser interrogados sobre as suas impressões relativamente ao meio social local onde vivem ou

sobre a frequência com que conversam com vizinhos e amigos sobre política. Além disso, numa inovação introduzida nos estudos eleitorais dos anos 80, os dados dos censos podem ser comparados com as respostas dos inquiridos, fornecendo desse modo alguma informação objectiva sobre o meio local. Todavia, estas estratégias assentam nas percepções dos entrevistados — que não constituem uma descrição imparcial da realidade (Huckfeld e Sprague, 1977) — e estão limitadas ao uso de informação obtida dos censos. De modo a podermos ultrapassar estas limitações, temos de entrevistar também os amigos e vizinhos dos inquiridos, além dos próprios, e conduzir amostras suficientemente agrupadas que nos permitam utilizar a sondagem para criar dados sobre os locais, bem como sobre os indivíduos. No entanto, um importante obstáculo a esta abordagem é que uma tal amostragem por *clusters* representa uma séria ameaça à representatividade de qualquer amostra.

CONCLUSÃO

Recentemente, o estudo do comportamento eleitoral britânico tem-se revelado um campo de pesquisa muito produtivo e animado. A série de estudos eleitorais constitui a mais antiga série de inquéritos académicos realizada na Grã-Bretanha, não fica aquém dos estudos eleitorais de qualquer outro país em termos de informação recolhida e durante muito tempo foi, virtualmente, o único projecto académico baseado em inquéritos por amostragem na área da ciência política⁸. Contudo, esta literatura tem permanecido fortemente dependente, tanto em termos metodológicos como conceptuais, de ideias importadas de outros países, particularmente dos Estados Unidos. E, como já referimos, as técnicas e conceitos que têm predominado até ao momento apresentam algumas limitações importantes. É necessário combinar a força da abordagem de Michigan (a produção de um estudo representativo de eleitores) com algumas das vantagens da escola de Colúmbia, mais antiga (o estudo do contexto social e político em que esses eleitores tomam as suas decisões). Embora já tenham sido dados alguns passos nessa direcção, não restam dúvidas de que há ainda um longo caminho a percorrer.

⁸ Nos anos 80 foi levado a efeito um importante estudo sobre a participação política (Parry *et al.*, 1991) e em 1983 foi inaugurada uma nova série anual de inquéritos — os inquéritos da British Social Attitudes — que inclui, *inter alia*, perguntas sobre política, além de uma variedade de itens que integram também os questionários mais recentes dos *British Election Studies* (Park *et al.*, 2001). Uma importante série de inquéritos a activistas partidários foi igualmente inaugurada por Seyd e Whiteley em finais dos anos 80 (Seyd e Whiteley, 1992; Whiteley, Seid e Richardson, 1994).

Estudos eleitorais britânicos desde 1963

[QUADRO N.º 1]

1963	Eleitorado: novos entrevistados — 2009
1964	Eleitorado: novos entrevistados — 347; da amostra de 1963 — 1422; total — 1769 Painel de 1963-64 — 1481
1966	Eleitorado: novos entrevistados — 566; das amostras de 1963 e 1964 — 1308; total — 1874 Painel de 1963-64-66 — 1163 Painel de 1963-66 — 1283 Painel de 1964-66 — 1360
1969	Eleitorado: novos entrevistados — 1114
1970	Eleitorado: novos entrevistados — 1093; do eleitorado de 1969 — 750; total — 1843 Painel de 1969-70 — 792 Painel de 1963-64-66 — 718 (não fazem parte da amostra do eleitorado de 1970) Painel de 1963-64-70 — 787 (<i>ibid.</i>) Painel de 1963-66-70 — 781 (<i>ibid.</i>) Painel de 1963-70 — 921 (<i>ibid.</i>) Painel de 1964-66-70 — 831 (<i>ibid.</i>) Painel de 1964-70 — 915 (<i>ibid.</i>) Painel de 1966-70 — 1107 (<i>ibid.</i>)
Fevereiro de 1974 .	Eleitorado: novos entrevistados — 2462 Painel de 1969-70-Fevereiro de 1974 — 1096 (não fazem parte da amostra do eleitorado de Fevereiro de 1974)
Outubro de 1974	Eleitorado: novos entrevistados — 535; do eleitorado de Fevereiro de 1974 — 1830; total — 2365 Painel de Fevereiro de 1974-Outubro de 1974 — 1830
1979	Eleitorado: novos entrevistados — 1018; do eleitorado de Fevereiro de 1974 — 875; total — 1893 Painel de Fevereiro de 1974-Outubro de 1974-79 — 756 Painel de Fevereiro de 1974-79 — 866 Painel de Outubro de 1974-79 — 765
1983	Eleitorado: novos entrevistados — 3955
1987	Eleitorado: novos entrevistados — 3826 Painel de 1983-86-87 — 877 (não fazem parte da amostra do eleitorado de 1987)
1992	Eleitorado: novos entrevistados — 3534 (2855 depois de ponderados) Painel de 1987(pré)-1992(pós) — 1607 (não fazem parte da amostra do eleitorado de 1992)
1997	Eleitorado: novos entrevistados — 3615 (2492 depois de ponderados) Painel de 8 vagas de 1992-97 — 957 (não fazem parte da amostra do eleitorado de 1997) Painel de 1992-97 — 1694 (<i>ibid.</i>)

BIBLIOGRAFIA

- ALFORD, R. (1963), *Party and Society: Anglo-American Democracies*, Chicago, Rand McNally.
- ALT, J. (1979), *The Politics of Economic Decline*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BALSOM, D., MADGWICK, P., e VAN MECHELEN, D. (1983), «The red and the green: patterns of partisan choice in Wales», in *British Journal of Political Science*, XIII, pp. 299-325.
- BEALEY, F., BLONDEL, J., e MCCANN, W. (1965), *Constituency Politics*, Londres, Faber.
- BENNIE, L., BRAND, J., e MITCHELL, J. (1997), *How Scotland Votes*, Manchester, Manchester University Press.
- BENNEY, M., GRAY, A., e PEAR, R. (1956), *How People Vote*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
- BERELSON, B., LAZARSFELD, P., e MCPHEE, W. (1954), *Voting*, Chicago, University of Chicago Press.
- BIRCH, A., e CAMPBELL, P. (1950), «Voting in a Lancashire constituency», in *British Journal of Sociology*, I, pp. 197-208.
- BLUMLER, J., e MCQUAIL, D. (1968), *Television in Politics*, Londres, Faber.
- BONHAM, J. (1954), *The Middle Class Vote*, Londres, Faber.
- BROWN, A., MCCRONE, D., PATERSIN, L., e SURRIDGE, P. (1998), *The Scottish Electorate*, Londres, Macmillan.
- BUDGE, I. (1999), «Party policy and ideology: reversing the 1990s?», in G. Evans e P. Norris (eds.), *Critical Elections: British Parties and Voters in Long-Term Perspective*, Londres, Sage.
- BUDGE, I., e URWIN, D. (1966), *Scottish Political Behaviour*, Londres, Longman.
- BUTLER, D., e STOKES, D. (1969), *Political Change in Britain* (1.^a ed.), Londres, Macmillan.
- BUTLER, D., e STOKES, D. (1974), *Political Change in Britain* (2.^a ed.), Londres, Macmillan.
- CAMPBELL, P., DONNISON, D., e POTTER, A. (1952), «Voting behaviour in Droylesdens», in *Manchester School*, XX, pp. 62-64.
- CREWE, I. (1972), «Do Butler and Stokes really explain political change in Britain?», in *European Journal of Political Research*, II, pp. 47-92.
- CREWE, I. (1976), «Party identification theory and political change in Britain», in I. Budge, I. Crewe e D. Farlie (eds.), *Party Identification and Beyond*, Londres, John Wiley.
- CREWE, I. (1981), «Why the conservatives won», in H. Penniman, *Britain at the Polls, 1979*, Washington, D. C., American Enterprise Institute.
- CREWE, I. (1984), «The electorate: partisan dealignment ten years on», in H. Berrington (ed.), *Change in British Politics*, Londres, Frank Cass.
- CREWE, I. (1985a), «Great Britain», in I. Crewe e D. Denver, *Electoral Change in Western Democracies*, Londres, Croom Helm.
- CREWE, I. (1985b), «How to win a landslide without really trying: why the conservatives won in 1983», in A. Ranney, *Britain at the Polls, 1983*, Durham, N. C., Duke University Press.
- CREWE, I. (1986), «On the death and resurrection of class voting: some comments on *How Britain Votes*», in *Political Studies*, XXXIV, pp. 620-638.
- CREWE, I. (1992), «Changing votes and unchanging voters», in *Electoral Studies*, XI, pp. 335-345.
- CREWE, I., SÄRLVIK, B., e ALT, J. (1977), «Partisan dealignment in Britain 1964-1974», in *British Journal of Political Science*, VII, pp. 129-190.
- CURTICE, J. (1988), «One nation?», in R. Jowell, L. Brook e S. Witherspoon, (eds.), *British Social Attitudes: the 5th. Report*, Aldershot, Gower.
- CURTICE, J. (1992a), «The British electoral system: fixture without foundation», in D. Kavanagh (ed.), *Electoral Politics*, Oxford, Clarendon Press.
- CURTICE, J. (1992b), «The hidden surprise: the British electoral system in 1992», in *Parliamentary Affairs*, XL, pp. 445-464.

- CURTICE, J. (2001), «The electoral system: biased to Blair?», in P. Norris (ed.), *Britain Votes 2001*, Oxford, Oxford University Press.
- CURTICE, J., e PARK, A. (1999), «Region: New Labour, new geography?», in G. Evans e P. Norris (eds.), *Critical Elections: British Parties and Voters in Long-Term Perspective*, Londres, Sage.
- CURTICE, J., e SEMETKO, H. (1994), «Does it matter what the papers say?», in A. Heath, R. Jowell, J. Curtice e B. Taylor (eds.), *Labour's Last Chance? The 1992 Election and Beyond*, Aldershot, Dartmouth.
- CURTICE, J., e STEED, M. (1982), «Electoral choice and the production of government: the changing operation of the electoral system in the United Kingdom since 1955», in *British Journal of Political Science*, xii, pp. 249-298.
- CURTICE, J., e STEED, M. (1986), «Proportionality and exaggeration in the British electoral system», in *Electoral Studies*, v, pp. 209-228.
- CURTICE, J., e STEED, M. (1988), «Analysis», in D. Butler e D. Kavanagh (eds.), *The British General Election of 1987*, Londres, Macmillan.
- CURTICE, J., e STEED, M. (1998), «Neither representative nor accountable: first-past-the-post in Britain», artigo apresentado nos *annual workshops* do European Consortium for Political Research.
- DUNLEAVY, P. (1979), «The urban basis of political alignment: social class, domestic property ownership and state intervention in consumption processes», in *British Journal of Political Science*, ix, pp. 409-444.
- DUNLEAVY, P. (1980), «The political implications of sectoral cleavages and the growth of state employment», in *Political Studies*, xxviii, pp. 364-383 e 527-549.
- DUNLEAVY, P. (1987), «Class dealignment in Britain revisited», in *West European Politics*, x, pp. 400-419.
- DUNLEAVY, P. (1990), «Mass political behaviour: is there more to learn?», in *Political Studies*, xxxviii, pp. 453-469.
- DUNLEAVY, P., e HUSBANDS, C. (1985), *British Democracy at the Crossroads*, Londres, George Allen and Unwin.
- EVANS, G. (ed.) (1999a), *The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context*, Oxford, Oxford University Press.
- EVANS, G. (1999b), «Economics and politics revisited: explaining the decline in conservative support, 1992-95», in *Political Studies*, xlvi, pp. 139-151.
- EVANS, G., HEATH, A., e PAYNE, C. (1991), «Modelling trends in the class/party relationship 1964-87», in *Electoral Studies*, x, pp. 99-117.
- EVANS, G., HEATH, A., e PAYNE, C. (1999), «Class: labour as a catch-all party?», in G. Evans e P. Norris (eds.), *Critical Elections: British Parties and Voters in Long-Term Perspective*, Londres, Sage.
- FISHBEIN, M., THOMAS, K., e JACCARD, J. (1976), *Voting Behaviour in Britain: An Attitudinal Analysis*, Londres, SSRC.
- FRANKLIN, M. (1985), *The Decline of Class Voting in Britain*, Oxford, Clarendon Press.
- GOLDTHORPE, J., LOCKWOOD, D., BECHHOFFER, F., e PLATT, J. (1968), *The Affluent Worker, Political Attitudes and Behaviour*, Cambridge, Cambridge University Press.
- GOODHART, C., e BHANSALI, R. (1970), «Political economy», in *Political Studies*, xviii, pp. 43-106.
- HEATH, A., JOWELL, R., e CURTICE, J. (1985), *How Britain Votes*, Londres, Pergamon.
- HEATH, A., JOWELL, R., e CURTICE, J. (1987), «Trendless fluctuation: a reply to Crewe», in *Political Studies*, xxv, pp. 256-277.
- HEATH, A., JOWELL, R., e CURTICE, J. (1988), «Class dealignment and the explanation of political change: a reply to Dunleavy», in *West European Politics*, xi, pp. 146-218.
- HEATH, A., JOWELL, R., CURTICE, J., EVANS, G., FIELD, J., e WITHERSPOON, S. (1991), *Understanding Political Change: The British Voter 1964-1987*, Oxford, Pergamon.

- HEATH, A., JOWELL, R., CURTICE, J., e CLIFFORD, P. (1993), «False trails and faulty explanations: how late swing did not cost Labour the 1992 election», in D. Denver, B. Broughton, P. Norris e C. Rallings (eds.), *British Political Parties and Elections Yearbook 1993*, Londres, Harvester Wheatsheaf.
- HEATH, A., EVANS, G., e PAYNE, C. (1995), «Modelling the class-party relationship in Britain 1964-92», in *Journal of the Royal Statistical Society*, série A, CLVIII, pp. 563-574.
- HEATH, A., JOWELL, R., e CURTICE, J. (2001), *The Rise of New Labour*, Oxford, Oxford University Press.
- HIMMELWEIT, H., JAEGAR, M., e STOCKDALE, T. (1978), «Memory for past vote: implications of a bias in recall», in *British Journal of Political Science*, VIII, pp. 365-384.
- HIMMELWEIT, H., HUMPHREYS, P., JAEGAR, M., e KATZ, M. (1981), *How Voters Decide* (1.^a ed.), Londres, Academic Press.
- HIMMELWEIT, H., HUMPHREYS, P., e JAEGAR, M. (1985), *How Voters Decide* (2.^a ed.), Milton Keynes, Open University Press.
- HUCKFELDT, R., e SPRAGUE, J. (1987), «Networks in context: the social flow of political information», in *American Political Science Review*, LXXXI, pp. 1197-1216.
- INGLEHART, R. (1971), «The silent revolution in Europe: intergenerational change in post-industrial societies», in *American Political Science Review*, LXV, pp. 991-1017.
- INGLEHART, R. (1977), *The Silent Revolution*, Princeton, Princeton University Press.
- INGLEHART, R. (1997), *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press.
- JOHNSTON, R. (1985), *The Geography of English Politics*, Londres, Groom Helm.
- JOHNSTON, R., PATTIE, C., e ALLSOPP, J. (1988), *A Nation Dividing?*, Londres, Longman.
- JOHNSTON, R., PATTIE, C., DORLING, D., e ROSSITER, D. (2001), *From Votes to Seats: the Operation of the UK Electoral System since 1945*, Manchester, Manchester University Press.
- JOWELL, R., HEDGES, B., LYNN, P., FARRANT, G., e HEATH, A. (1993), «The 1992 British election: the failure of the polls», in *Public Opinion Quarterly*, LVII, pp. 238-263.
- KELLEY, J., MCALLISTER, I., e MAUGHAN, A. (1985), «The decline of class revisited: class and party in England, 1964-79», in *American Political Science Review*, LXXIX, pp. 719-737.
- LAZARFELD, P., BERELSON, B., e GAUDET, H. (1944), *The People's Choice*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- MARSHALL, G., NEWBY, H., ROSE, D., e VOGLER, C. (1988), *Social Class in Modern Britain*, Londres, Hutchinson.
- MARTIN, F. (1952), «Social status and electoral choice in two constituencies», in *British Journal of Sociology*, III, pp. 231-241.
- MCALLISTER, I., e ROSE, R. (1984), *The Nationwide Competition for Votes*, Londres, Frances Pinter.
- MILLER, W. (1978), *Electoral Dynamics*, Londres, Macmillan.
- MILLER, W. (1981), *The End of British Politics?*, Oxford, Clarendon Press.
- MILLER, W. (1983), *The Survey Method in the Social and Political Sciences*, Londres, Frances Pinter.
- MILLER, W. (1988), *Irrelevant Elections? The Quality of Local Democracy in Britain*, Oxford, Clarendon Press.
- MILLER, W. (1991), *Media and Voters*, Oxford, Clarendon Press.
- MILLER, W., CLARKE, H., HARROP, M., LEDUC, L., e WHITELEY, P. (1990), *How Voters Change: The 1987 British Election Campaign in Perspective*, Oxford, Clarendon Press.
- MILNE, R., e MACKENZIE, H. (1954), *Straight Fight 1951*, Londres, Hansard Society.
- MILNE, R., e MACKENZIE, H. (1958), *Marginal Seat 1955*, Londres, Hansard Society.
- NORRIS, P. (1990), «Elections and voting behaviour», in A. Leftwich (ed.), *New Developments in Political Science*, Aldershot, Edward Elgar.
- NORRIS, P. (1994), «Labour Party factionalism and extremism», in A. Heath, R. Jowell, J. Curtice e B. Taylor (eds.), *Labour's Last Chance? The 1992 Election and Beyond*, Aldershot, Dartmouth.

- NORRIS, P. (1999), «New politicians? Changes in party competition at Westminster», in G. EVANS e P. NORRIS (eds.), *Critical Elections: British Parties and Voters in Long-Term Perspective*, Londres, Sage.
- NORRIS, P., CURTICE, J., SANDERS, D., SCAMMELL, M., e SEMETKO, H. (1999), *On Message: Communicating The Campaign*, Londres, Sage.
- PARK, A., CURTICE, J., THOMSON, K., JARVIS, L., e BROMLEY, C. (eds.) (2001), *British Social Attitudes: the 18th Report: Public Policy, Social Ties*, Londres, Sage.
- PARRY, G., MOYSER, G., e DAY, N. (1991), *Political Participation and Democracy in Britain*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PATERSON, L., BROWN, A., CURTICE, J., HINDS, K., MCCRONE, D., PARK, A., SPROYSTON, K., e SURRIDGE, P. (2001), *New Scotland, New Politics?*, Edimburgo, Polygon.
- PULZER, P. (1967), *Political Representation and Elections in Britain*, Londres, George Allen and Unwin.
- ROBERTSON, D. (1984), *Class and the British Electorate*, Oxford, Basil Blackwell.
- ROKEACH, M. (1973), *The Nature of Human Values*, Nova Iorque, Free Press.
- ROSE, R. (1968), «Class and party divisions», in *Sociology*, II, pp. 129-162.
- ROSE, R. (1980), *Class Does not Equal Party*, Glasgow, University of Strathclyde Papers in Public Policy, n.º 74.
- ROSE, R., e MCALLISTER, I. (1986), *Voters Begin to Choose*, Londres, Sage.
- ROSE, R., e MCALLISTER, I. (1990), *The Loyalties of Voters*, Londres, Sage.
- ROSSITER, D., JOHNSTON, R., PATTIE, C., DORLING, D., MCALLISTER, I., e TUNSTALL, H. (1999), «Changing biases in the operation of the UK's electoral system, 1950-97», in *British Journal of Politics and International Relations*, I, pp. 133-164.
- SÄRLVIK, B., e CREWE, I. (1983), *Decade of Dealignment*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SANDERS, D., WARD, H., e MARSH, D. (1987), «Government popularity and the Falklands war: a reassessment», in *British Journal of Political Science*, XVII, pp. 281-314.
- SANDERS, D. (1996), «Economic performance, management competence, and the outcome of the next general election», in *Politics Studies*, XLIV, pp. 203-231.
- SANDERS, D. (1999), «The impact of left-right ideology», in G. Evans e P. Norris (eds.), *Critical Elections: British Parties and Voters in Long-Term Perspective*, Londres, Sage.
- SCARBROUGH, E. (1984), *Political Ideology and Voting*, Oxford, Clarendon Press.
- SCARBROUGH, E. (1987), «The British electorate twenty years on: electoral change and election surveys», in *British Journal of Political Science*, XVII, pp. 219-246.
- SCARBROUGH, E. (2000), «The British election study and electoral research», in *Political Studies*, XLVIII, pp. 391-414.
- SEMETKO, H., SCAMMELL, M., e NOSSITER, T. (1994), «Media coverage of the 1992 British general election campaign», in A. Heath, R. Jowell, J. Curtice e B. Taylor (eds.), *Labour's Last Chance? The 1992 Election and Beyond*, Aldershot, Dartmouth.
- SEYD, P., e WHITELEY, P. (1992), *Labour's Grassroots*, Oxford, Clarendon Press.
- STEED, M. (1965), «An analysis of the results», in D. Butler e A. King, *The British General Election of 1964*, Londres, Macmillan.
- TRENAMAN, J., e MCQUAIL, D. (1961), *Television and the Political Image*, Londres, Methuen.
- WHITELEY, P., SEYD, P., e RICHARDSON, J. (1994), *True Blues*, Oxford, Oxford University Press.

Traduzido por Rui Cabral